

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

Rádio CBN - GO

Aquisição de material didático e kits para escolas estaduais

.....

Diário de Aparecida

Estão abertas as inscrições para o 1º Congresso de Direito Econômico da Alego

.....

O Popular

TJ-GO suspende processo da Seduc de adesão à ata

.....

Tribuna do Planalto

TCE-GO concede cautelar para suspender procedimento da Seduc

.....

Congresso debate direito e economia em Goiânia

.....

Aquisição de material didático e kits para escolas estaduais

Zé agora a gente vai os destaques do jornal O Popular com a editora executiva Silvana Bittencourt ótima tarde para você Silvana ótima tarde Maísa Natália ouvintes da CBN Maria centro destaque do Popular nós vamos mostrar uma suspensão de adesão à ata essa é uma modalidade que dispensa licitação é quando você pegasse carona na licitação feita em outra região em outro estado e outra cidade essa proteção alta foi para aquisição de material didático lição de material didático e kits para escolas estaduais o Tribunal de Contas do Estado suspendeu essa adesão à ata e aponta suspeita de irregularidades que nós vamos mostrar quais são essas suspeitas Quais são as suas propostas irregularidades

Estão abertas as inscrições para o 1º Congresso de Direito Econômico da Alego

Foto: Reproducao

Nos dias 12 e 13 de junho, a Assembleia Legislativa do Estado de Goias (Alego) sera palco do 1o Congresso de Direito Economico da Alego - Estado e Relacoes Economicas: Direito, Crescimento Economico, Novas Tecnologias e Democracia. O evento reunira autoridades, especialistas e academicos de destaque nacional para discutir os principais desafios e oportunidades relacionados ao Direito, a Economia, a Inovacao Tecnologica e a Democracia.

Com paineis distribuidos ao longo dos dois dias, das 8h as 18h, o congresso abordara questoes como o controle de convencionalidade pelo Legislativo, o papel da Comissao Parlamentares de Inquerito (CPI), orcamento publico e transparencia, alem de temas emergentes como o uso de dados digitais nas investigacoes criminais, os impactos da inteligencia artificial generativa no setor publico e os desafios da Tributacao 4.0 diante da ascensao dos criptoativos.

O segundo dia tera foco em temas como a autorregulacao setorial, os limites e atribuicoes

do Conselho Administrativo de Defesa Economica (Cade) em casos envolvendo o agronegocio, alem de reflexoes sobre seguranca juridica, democracia e justica, com destaque para os impactos economicos das decisoes do Supremo Tribunal Federal (STF). Tambem estao previstos debates sobre o papel das mulheres no Judiciario, trazendo perspectivas femininas e plurais ao centro das discussoes.

Grandes nomes confirmados

Entre as presencas ja confirmadas estao os ministros do STF Gilmar Mendes e Dias Toffoli, o governador de Goias, Ronaldo Caiado (UB); o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), Helder Valin; o procurador-geral da Republica, Paulo Gonet; o presidente da Alego, deputado Bruno Peixoto (UB); o deputado e procurador do Estado, Virmondes Cruvinel (UB); a procuradora-geral da Alego, Andreya Moura; o sub-procurador geral da Alego, Iure de Castro e o conselheiro do TCE-GO, Saulo Marques. A lista completa de palestrantes e debatedores, que tambem inclui desembargadores, juizes, delegados(as), professores(as) de Direito, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de diversas carreiras juridicas.

Como participar

O evento e gratuito, aberto ao publico e representa uma iniciativa inedita da Alego para

fortalecer o dialogo tecnico-juridico em torno das relacoes economicas no Brasil. E uma oportunidade unica de atualizacao e troca de experiencias entre operadores do Direito, academicos e profissionais de todos os campos que se interessam pelo debate economico.

Para participar, inscreva-se em: https://cde.al.go.leg.br/

Servicos

Quando: 12 e 13 de junho;

Onde: Palacio Maguito Vilela (sede da Alego);

Quem pode participar: Aberto ao publico em geral;

Quanto: Inscricoes gratuitas e emissao de certificado de 20h.

TJ-GO suspende processo da Seduc de adesão à ata

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) suspendeu uma adesão à ata de registro de preços da Secretaria de Estado de Educação de Goiás (Seduc) que visava a aquisição de kits educacionais de realidade virtual, além de materiais didáticos de contextualização e de projetos e aplicações. A medida cautelar foi motivada por indícios de irregularidades em ata no valor de R$ 203,8 milhões. Em 15 de maio, o conselheiro Edson Ferrari, em regime de plantão, determinou a suspensão do processo. Em seguida, o conselheiro Kennedy Trindade, relator do processo, teve o mesmo entendimento e submeteu a cautelar ao Pleno, que a referendou na sessão plenária desta quarta-feira (4). A suspensão não é definitiva e cabe recurso à Seduc, que também pode realizar os ajustes requisitados pelo tribunal. A ata de registro de preços em questão é do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) e tem como objeto a aquisição de equipamentos para laboratórios de ensino, pesquisa e extensão, compostos de soluções que auxiliam no processo ensino aprendizagem para atender as necessidades da instituição.Além de 686 kits educacionais de realidade virtual e de 242,6 mil unidades de material didático de contextualização e outras 242,6 mil unidades de material didático de projetos e aplicações, o documento também prevê a contratação de conteúdo imersivo educacional com sistema de gerenciamento de equipamentos e treinamento e suporte na implantação dos kits educacionais. Tudo isso com o custo de R$ 203,8 milhões.Um dos argumentos do TCE-GO pela suspensão do processo é a desproporcionalidade entre a quantidade de materiais didáticos impressos e de kits de realidade virtual, sugerindo risco de subutilização dos insumos, além da ausência de comprovação de avaliação técnica-pedagógica sobre o conteúdo imersivo contratado nos autos do processo de adesão.Em seu voto, o relator do processo pontua uma possível diferença financeira de mais de R$ 15 milhões em comparação com um pregão eletrônico, no sistema de registro de preços, realizado pela Seduc em 2023. O documento previa a aquisição de 667 kits educacionais de realidade virtual - cada um deles composto por 36 óculos de realidade virtual com aplicativo personalizado e um carrinho de armazenamento e recarga -, 667 licenças de sistema de gerenciamento de equipamentos e outras 24 mil de conteúdo imersivo educacional, além de 312 horas de treinamento e suporte na implantação nas escolas. O valor estimado para a contratação era de R$ 136 milhões. O voto do relator ainda destaca que a Seduc age em contrariedade ao parecer jurídico da Procuradoria da pasta, desfavorável à adesão da ata e o fato de uma mesma empresa, a paulista Sisttech Tecnologia Educacional, ser a fornecedora tanto no pregão eletrônico quanto na ata de registro de preços, ?com preços significativamente distintos?. Conforme o Portal da Transparência de Goiás, o pregão eletrônico de 2023 foi suspenso em junho de 2024 após um despacho da Procuradoria setorial da secretaria.SeducQuestionada sobre a suspensão, a Seduc explicou, em nota, que desde a manifestação contrária da Procuradoria setorial, o processo já se encontrava sobrestado por decisão da própria secretaria ?a fim de promover alinhamento técnico e jurídico interno antes de eventual prosseguimento, caso houvesse evolução favorável no entendimento jurídico?.A pasta também esclareceu que a opção pela adesão à ata foi fundamentada na legislação vigente, sendo que ?a escolha foi amparada em critérios técnicos e pedagógicos, visando atender com celeridade e eficiência a uma demanda estruturada desde 2022, voltada à ampliação do uso de tecnologias imersivas na rede

estadual de ensino?.A secretaria destacou que o objeto da adesão à ata apresenta atualizações tecnológicas relevantes quando comparado com o objeto do pregão eletrônico de 2023, com avanços em termos de capacidade de processamento, desempenho gráfico, armazenamento, duração de bateria e sistema operacional, ?o que justifica alterações no valor estimado da solução?. A Seduc frisou que o pregão eletrônico de 2023 se encontra suspenso aguardando análise conclusiva de uma representação do TCE-GO e por recomendação da procuradoria Setorial, ?o que reforça que a adesão analisada foi considerada como uma alternativa legal e estratégica, orientada pela busca de soluções mais eficazes e compatíveis com a realidade educacional da rede?.Por fim, a pasta reafirmou o compromisso com ?a legalidade, a transparência e a boa governança, e continuará colaborando com os órgãos de controle para o total esclarecimento dos fatos?.

TCE-GO concede cautelar para suspender procedimento da Seduc

Indicios de irregularidades em processo de adesao a ata de registro de precos pela Secretaria de Estado da Educacao (Seduc) motivaram o Tribunal de Contas do Estado de Goias (TCE-GO) a determinar a imediata suspensao dos atos. Ao constatar a presenca dos requisitos para concessao de medida cautelar, o conselheiro Edson Ferrari, em regime de plantao, determinou a suspensao do processo. O conselheiro Kennedy Trindade, relator do processo, teve o mesmo entendimento e submeteu a cautelar ao Pleno, que a referendou na sessao plenaria desta quarta-feira (4/jun).

As falhas foram apontadas pelo Servico de Fiscalizacao de Licitacoes do TCE-GO, que, em face da urgencia e de riscos de prejuizo ao erario, representou ao conselheiro plantonista. Os tecnicos apontaram fragilidade na comprovacao de vantajosidade na cotacao com dois fornecedores ja utilizados pelo Instituto Federal de Educacao do Espirito Santo, instituicao de origem da ata, alem de ausencia de justificativa para a escolha dos mesmos. Ademais, a Seduc contrariou parecer juridico da procuradoria setorial, desfavoravel a adesao da citada ata.

A unidade tecnica do TCE-GO tambem citou uma possivel diferenca financeira de mais de R$ 15 milhoes em comparacao com um pregao que a propria Seduc realizou em 2023, alem da desproporcionalidade entre a quantidade de materiais didaticos impressos e de kits de realidade virtual, sugerindo risco de subutilizacao dos insumos e ausencia de comprovacao da avalicao tecnica-pedagogica sobre o conteudo imersivo a ser contratado, bem como coincidencia da empresa fornecedora nos dois procedimentos - pregao da Seduc e ata de precos do Instituto - com precos significativamente distintos.

Camara de Aparecida de Goiania aumenta verba indenizatoria aos vereadores para R$ 7 mil

O post TCE-GO concede cautelar para suspender procedimento da Seduc apareceu primeiro em Tribuna do Planalto.

Congresso debate direito e economia em Goiânia

Estao abertas as inscricoes para o 1o Congresso de Direito Economico da Assembleia Legislativa de Goias (Alego), que sera realizado nos dias 12 e 13 de junho, no Palacio Maguito Vilela, sede do Parlamento goiano. Gratuito e aberto ao publico, o evento tera como tema "Estado e Relacoes Economicas: Direito, Crescimento Economico, Novas Tecnologias e Democracia".

Paineis tematicos

Com programacao das 8h as 18h, o congresso contara com paineis que discutirao temas como controle de convencionalidade pelo Legislativo, atuacao das Comissoes Parlamentares de Inquerito (CPIs), orcamento publico e transparencia. Tambem estao na pauta assuntos atuais como o uso de dados digitais em investigacoes criminais, inteligencia artificial generativa no setor publico e os desafios da Tributacao 4.0 com o avanco dos criptoativos.

No segundo dia, os debates abordarao autorregulacao setorial, atuacao do Conselho Administrativo de Defesa Economica (Cade) em processos ligados ao agronegocio e os efeitos economicos de decisoes do Supremo Tribunal Federal (STF), alem do papel das mulheres no Judiciario.

Presencas confirmadas

Entre os nomes ja confirmados estao os ministros do STF Gilmar Mendes e Dias Toffoli; o governador de Goias, Ronaldo Caiado (UB); o presidente da Alego, deputado Bruno Peixoto (UB); o procurador-geral da Republica, Paulo Gonet; o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), Helder Valin; o deputado e procurador do Estado, Virmondes Cruvinel (UB); a procuradora-geral da Alego, Andreya Moura; o subprocurador-geral da Alego, Iure de Castro; e o conselheiro do TCE-GO, Saulo Marques.

A lista completa de palestrantes inclui desembargadores, juizes, delegados, professores de Direito, representantes da OAB e profissionais de diversas areas juridicas.

Como participar

As inscricoes para o congresso sao gratuitas e podem ser feitas pelo site https://cde.al.go.leg.br/. Os participantes receberao certificado de 20 horas.

Servico:Quando: 12 e 13 de junhoOnde: Palacio Maguito Vilela - sede da AlegoInscricao: Gratuita, com emissao de

certificado de 20hAberto ao publico

O post Congresso debate direito e economia em Goiania apareceu primeiro em Tribuna do Planalto.